ISSN 2526-5822

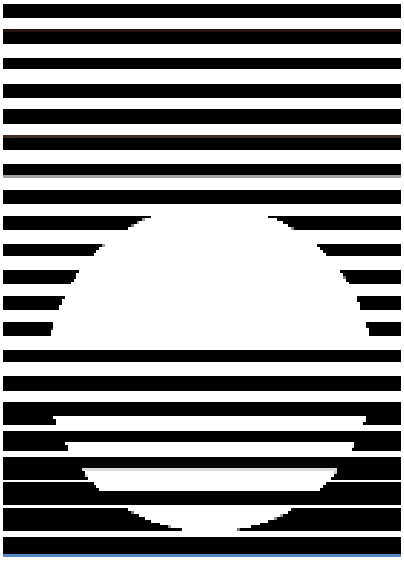
CONJUNTURA

LATITUDE SUL

11
2024

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822



O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).

Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

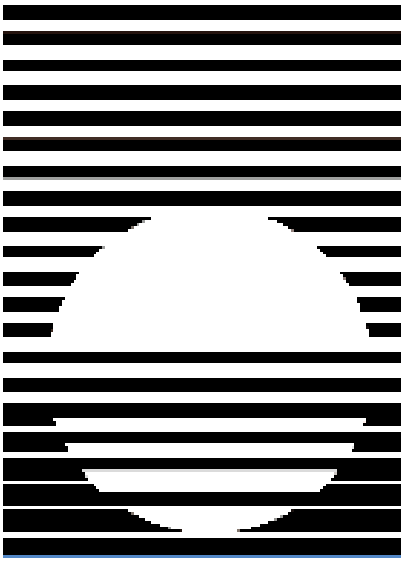
Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Kethlyn Winter, Marília Closs, Matheus Petrelli, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br

CAPES CNPq FAPERJ IESP.UERJ

SUMÁRIO



Página 04
Brasil sedia cúpula do G20 e lança Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Argentina adere à declaração final do G20 e assina acordo bilateral com o Brasil

Página 05
Posições da Argentina na ONU, na COP-29 e no TPI reforçam isolamento do país

Discordância entre Boric e Milei no G20 estremece relacionamento entre Chile e Argentina

Página 06
Biden e Xi visitam o Brasil para estreitar relações bilaterais

Peru recebe Xi e Biden na Cúpula da APEC 2024 em meio a um cenário interno de protestos

Página 07
Narendra Modi faz discurso no Parlamento da Guiana

Frente Ampla vence as eleições no Uruguai com Yamandú Orsi

Página 08
Acusações de assédio sexual contra Gabriel Boric e difusão de imagens íntimas repercutem na política chilena

Após decisões judiciais, Evo Morales fica sem partido na Bolívia

Página 09
Governo equatoriano suspende vice-presidenta e nomeia substituta interina

Petro declara situação de desastre nacional frente às fortes chuvas e ataques do Exército da Libertação Nacional

Página 10
Desdobramentos da eleição na Venezuela afetam as relações com EUA e Brasil

Santiago Peña viaja ao Brasil

Página 11
Agricultores e parlamentares franceses protestam contra acordo Mercosul-União Europeia

IESP.UERJ

Brasil sedia cúpula do G20 e lança Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Em diversos momentos de outubro, a relação entre Brasil e Venezuela sofreu novos desgastes, Na condição de presidente pro tempore, o Brasil sediou, no Rio de Janeiro, a Cúpula de Chefes de Estado do G20, nos dias 18 e 19 de novembro. O evento foi precedido, entre os dias 14 e 16, pela realização (pela primeira vez na história do grupo) da Cúpula do G20 Social, espaço proposto pelo governo brasileiro para promover o diálogo entre organizações da sociedade civil a fim de reunir propostas coletivas, entregues posteriormente aos chefes de Estado. Na cúpula entre as autoridades políticas, coordenada pelo embaixador Mauricio Lyrio, aprovou-se uma declaração final de 85 pontos, os quais deram destaque às três prioridades definidas pelo governo brasileiro para a agenda de trabalho do G20: combate à fome, à pobreza e à desigualdade; promoção do desenvolvimento sustentável; e busca de reformas da governança global. O documento também expressou preocupação com a situação humanitária na Faixa de Gaza e a escalada de violência no Líbano, além de manifestar apoio à solução dos dois Estados para o conflito israelo-palestino. Em relação à guerra na Ucrânia, os países afirmaram a necessidade de iniciativas relevantes e construtivas que apoiem uma paz abrangente, justa e duradoura. Após ameaças do presidente argentino Javier Milei de vetar a declaração (que deve ser aprovada por consenso), devido à oposição a menções a equidade de gênero e taxação de bilionários no texto, o mandatário argentino recuou neste sentido, em parte devido ao fechamento de um acordo para o fornecimento de gás da reserva de Vaca Muerta ao Brasil. Para além da declaração final, a cúpula foi marcada, no dia 18, pelo lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, anunciado pelo presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. A iniciativa pretende facilitar a difusão e a implementação de políticas públicas, como o Bolsa Família brasileiro. A Aliança foi inaugurada com o apoio de 148 membros: 82 países, a União Africana, a União Europeia, 24 organizações internacionais, nove instituições financeiras internacionais e 31 organizações filantrópicas e não governamentais. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou um aporte de US$ 25 bilhões, via empréstimos de baixo custo, para os programas da Aliança. Além disso, no dia 19, o presidente Lula sugeriu aos demais países do G20 que seja criado um Conselho de Mudança do Clima no âmbito da ONU, a fim de ampliar a capacidade de articulação de atores, processos e mecanismos em nível global para acelerar o cumprimento do Acordo do Clima de Paris. Em entrevista à imprensa, o Assessor Especial da Presidência da República, Celso Amorim, avaliou que o G20 é o que existe de mais próximo de um fórum equilibrado no mundo hoje, mas que precisa ser reforçado pela existência de um BRICS forte para que o G7 não tente resolver os problemas mundiais apenas entre si e com países convidados.

Fontes: Folha de S. Paulo, 11/11/2024; Brasil, 18/11/2024; Folha de S. Paulo, 18/11/2024; ClimaInfo, 19/11/2024 (a); ClinaInfo, 19/11/2024 (b)

Argentina adere à declaração final do G20 e assina acordo bilateral com o Brasil

No dia 18 de novembro, a Argentina assinou a declaração final da Cúpula do G20 e confirmou a adesão à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. A decisão ganhou repercussão pois havia a expectativa de que o presidente Javier Milei pudesse obstruir o consenso em torno dessas iniciativas, tendo em vista sua oposição a uma série de pautas discutidas no encontro. Milei se opõe às propostas voltadas para o desenvolvimento sustentável e o combate às mudanças climáticas, além de ser contrário às pautas relacionadas à igualdade de gênero e à promoção dos direitos humanos. Em carta endereçada aos argentinos, o mandatário ressalva que, apesar da adesão ao documento final do G20, discorda das iniciativas endossadas pelo grupo que buscam combater a fome a pobreza por meio da intervenção do Estado, além de tecer fortes críticas ao modo como funcionam as instituições multilaterais. Ainda durante o encontro do G20, a Argentina formalizou um acordo bilateral como o Brasil para ampliar as exportações de gás natural da região de Vaca Muerta. O compromisso foi assinado pelo ministro da Economia argentino, Luis Caputo, e o ministro de Minas e Energia brasileiro, Alexandre Silveira. O acordo deve viabilizar a exportação de 2 milhões de metros cúbicos por dia de gás da Argentina para o Brasil já no início do ano que vem. Segundo projeções do Ministério de Minas e Energia, esse montante deve subir progressivamente e, até 2030, espera-se que sejam comercializados 30 milhões de metros cúbicos por dia. Além de aumentar a oferta de gás natural, o governo brasileiro tem a expectativa de reduzir os custos com a importação

do produto. O governo brasileiro espera que o gás de Vaca Muerta chegue ao país entre US$ 7 e US$ 8. Hoje, o preço praticado no mercado brasileiro é de US$ 13,82.

Fontes: Buenos Aires Times, 18/11/2024; Buenos Aires Times, 18/11/2024; Carta Capital, 18/11/2024; G1, 18/11/2024; La Nación, 18/11/2024.

Posições da Argentina na ONU, na COP-29 e no TPI reforçam isolamento do país

A Argentina foi o único país a votar contra resoluções da ONU que visavam coibir a violência contra mulheres e meninas na internet e proteger os direitos dos povos originários. A votação do primeiro tema ocorreu no dia 14 de novembro e os representantes argentinos argumentaram que o documento continha termos que consideravam ambíguos, como "discurso de ódio" e "desinformação", que poderiam ser utilizados de forma "abusiva" e poderiam "restringir a liberdade de expressão". 170 nações votaram a favor da medida e 13, dentre elas Irã, Nicarágua e Coreia do Norte, se abstiveram. Na resolução em favor da proteção dos direitos dos povos indígenas, impulsionada por alguns países sul-americanos, como Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela, a Argentina foi novamente o único país a votar contra. 168 votaram a favor e 7 se abstiveram. Os membros da ONU que aderiram à proposta se comprometeram em promover os direitos das comunidades originárias em áreas como o acesso à justiça, conservação do meio ambiente e preservação de suas culturas e línguas. A diplomata que representou a Argentina na ocasião, Andrea Repetti, justificou a posição do país alegando considerar que o documento "não garante suficientemente o acesso aos direitos humanos das populações indígenas sem discriminação" e que "a afirmação da promoção de práticas ancestrais pode levar à validação de tradições que podem estar em conflito com os direitos fundamentais das mulheres e meninas, ou com o direito à saúde e ao acesso ao progresso científico". A COP-29, realizada em Baku, no Azerbaijão, foi mais um evento que evidenciou o isolamento da política externa argentina. No dia 13 de novembro, o presidente Javier Milei ordenou que os 80 representantes do país na conferência se retirassem das negociações. O recém-empossado ministro das Relações Exteriores, Gerardo Werthein, mencionou que a saída do corpo diplomático das negociações se deve ao fato de considerarem o debate sobre o aquecimento global "uma questão filosófica". Apesar disso, o ministro garantiu que a Argentina não sairá do Acordo de Paris, como vinha sendo especulado. No âmbito do Tribunal Penal Internacional, a Argentina se posicionou contra a decisão tomada no dia 21 de novembro de emitir ordens de prisão contra o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, e o seu ex-ministro da Defesa, Yoav Gallant, por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. O presidente Milei disse em suas redes sociais que "Israel enfrenta agressões brutais, uma tomada de reféns desumana e o lançamento indiscriminado de ataques contra a sua população" e que "criminalizar a legítima defesa de uma nação e ao mesmo tempo omitir estas atrocidades é um ato que distorce o espírito da justiça internacional".

Fontes: Infobae, 11/11/2024; The Guardian, 13/11/2024; CNN, 14/11/2024; Carta Capital, 21/11/2024.

Discordância entre Boric e Milei no G20 estremece relacionamento entre Chile e Argentina

No dia 23 de novembro, foi realizada uma cerimônia no Vaticano para celebrar o 40º ano da assinatura do Tratado de Paz e Amizade entre a Argentina e o Chile de 1984, um tratado basilar para as relações bilaterais entre os países. O evento foi oficializado pelo Papa Francisco e contou com a presença de Alberto van Klaveren, chanceler do Chile, mas foi marcado pela ausência de seu homólogo argentino, Gerardo Werthein. A ausência do chanceler argentino em um evento simbólico para o relacionamento entre os países foi um indicador do descontentamento do presidente argentino, Javier Milei, com declarações recentes do presidente chileno, Gabriel Boric. A realização do evento já havia sido colocada em risco em junho de 2024 como resultado de um imbróglio envolvendo a instalação de painéis solares para fornecer energia a uma base militar argentina no Estreito de Magalhães, em um território designado ao Chile pelo Tratado de Paz e Amizade de 1984. Na época, no dia 17 de junho, Gabriel Boric afirmou que não poderia haver ambiguidade em relação às fronteiras e, caso as autoridades argentinas não removessem os painéis solares instalados em território chileno, o Chile tomaria as medidas necessárias para retirá-los. A declaração de Boric gerou desconforto no governo Milei, que já havia se comprometido

a retirar os painéis em carta enviada ao governo chileno no dia 14 de junho. Mas de acordo com o chanceler argentino, o estopim para a sua ausência no evento foi um desentendimento entre Boric e Milei na cúpula do G20, em novembro de 2024, no Rio de Janeiro. Em um discurso proferido no dia 18 de novembro, Milei defendeu o neoliberalismo e criticou a presença do Estado na economia. Ainda no mesmo dia, Gabriel Boric fez um contraponto à fala de Milei ao defender a ação do Estado na economia e afirmar que o neoliberalismo só produziu pobreza em seu país. De acordo com o chanceler argentino, Gerardo Werthein, a discordância entre os presidentes durante o G20 indicou que não era o momento para as autoridades argentinas se fazerem presentes no evento.

Fontes: El País, 17/06/2024; O Globo, 18/11/2024; Uol, 18/11/2024; La Tercera, 24/11/2024; La Tercera, 25/11/2024.

Biden e Xi visitam o Brasil para estreitar relações bilaterais

Antes de chegar ao Rio de Janeiro para a cúpula do G20, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, fez uma visita a Manaus, no dia 17 de novembro. Tratou-se da primeira visita de um presidente estadunidense à Amazônia no exercício do mandato, feita para comemorar os 200 anos da relação com o Brasil e anunciar ações de cooperação na agenda climática. Biden fez um sobrevoo da floresta, visitou o Museu da Amazônia e anunciou diversas medidas, tais como acordos para o combate ao crime organizado vinculado ao desmatamento, à mineração e a incêndios florestais; doação de US$ 50 milhões ao Fundo Amazônia (dobrando o valor que os Estados Unidos tinham destinado ao fundo até então); investimento de US$ 180 milhões na Coalizão para Redução de Emissões por meio do Avanço do Financiamento Florestal (Leaf), formada por grandes empresas privadas transnacionais, para ações de reflorestamento no Pará; lançamento de uma coalizão de investidores, em parceria com o banco BTG Pactual, para restauração de terras e apoio à bioeconomia, que pretende arrecadar US$ 10 bilhões até 2030; adesão ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre, projeto proposto pelo Brasil e atualmente em fase de discussão com outros países; e fechamentos de parcerias com organizações da sociedade civil e comunidades indígenas. Por sua vez, o presidente da China, Xi Jinping, viajou para Brasília após a cúpula do G20, no dia 20, para uma visita de Estado. A declaração conjunta emitida após uma reunião com o presidente Lula destacou a ambição mútua de elevar a parceria estratégica entre Brasil e China ao patamar de uma "Comunidade de Futuro Compartilhado por um Mundo mais Justo e um Planeta Sustentável" pelos próximos 50 anos. Os dois presidentes assinaram 37 acordos nas áreas de agricultura, comércio, investimentos, infraestrutura, indústria, energia, mineração, finanças, ciência e tecnologia, comunicações, desenvolvimento sustentável, turismo, esportes, saúde, educação e cultura. Entre as medidas, prevê-se a criação de planos de cooperação para que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) brasileiro tenha sinergia com a Iniciativa Cinturão e Rota chinesa e para que o Plano Nova Indústria Brasil receba investimentos do país asiático. Além disso, pretende-se apoiar a internacionalização de empresas privadas brasileiras na China, como WEG, Suzano e Randon. Finalmente, cabe destacar que a estatal Telebras firmou um acordo com a Shanghai Space Sail Technologies para avaliar a entrada desta empresa no mercado brasileiro de internet por satélite, hoje dominado pela Starlink, empresa de Elon Musk, apoiador declarado de figuras da extrema-direita global, como Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Fontes: Agência Brasil, 17/11/2024; Agência Gov, 20/11/2024; Uol, 20/11/2024.

Peru recebe Xi e Biden na Cúpula da APEC 2024 em meio a um cenário interno de protestos

Entre os dias 14 e 16 de novembro, o Peru sediou a Cúpula do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) 2024, em Lima. O fórum recebeu líderes de economias importantes, como Joe Biden (EUA) e Xi Jinping (China), mas ficou marcado pela ausência de Vladimir Putin (Rússia) por motivos não-declarados (embora a existência de um mandado de prisão contra ele emitido pelo Tribunal Penal Internacional tenha sido apontada pela imprensa como uma das razões). A presença do presidente da China ficou marcada pela inauguração do Megaporto de Chancay, em Lima. Por sua vez, Biden anunciou assistências no valor de 65 milhões de dólares nos próximos 5 anos, além da ampliação da cooperação espacial entre a NASA e o CONIDA, que abriga

a Agência Espacial do Peru. Outro resultado do encontro foi a assinatura de um acordo bilateral entre Peru e Coreia do Sul para o fortalecimento das Forças Armadas. No plano regional, a presença de Gabriel Boric, presidente chileno, chamou atenção. Em 2022, quando houve protestos no início do governo Boluarte, que resultaram em mais de 50 mortes devido à repressão policial, Boric criticou a atuação do governo peruano e afirmou que esse acontecimento deveria gerar indignação internacional. Por conta de seu posicionamento à época, não havia tanta expectativa da sua presença na cúpula. Entretanto, Boric compareceu à APEC 2024 devido à participação de Biden e Xi Jiping. Além de questões econômicas e políticas, o evento também foi marcado por evidenciar a situação delicada do governo de Dina Boluarte. A cúpula aconteceu em meio a protestos internos devido à alta reprovação do governo. Boluarte encerrou a cúpula discursando em prol da cooperação multilateral e entregou a presidência da APEC à Coreia do Sul, que sediará o próximo evento.

Fontes: El Comercio, 14/11/2024; La Republica, 15/11/2024; La Republica, 15/11/2024; La Republica, 16/11/2024; La Republica, 18/11/2024; GOB.PE, 30/11/2024.

Narendra Modi faz discurso no Parlamento da Guiana

No dia 20 de novembro, ocorreu a segunda cúpula CARICOM-Índia, que foi sediada na capital da Guiana, Georgetown. A reunião foi co-presidida pelo Presidente da Conferência de Chefes de Governos da CARICOM, Dickon Mitchell, Primeiro Ministro (PM) de Granada, e pelo primeiro-ministro da Índia, Shri Narendra Modi. O encontro também contou com a presença dos chefes de Estado e de Governo, além de ministros das Relações Exteriores dos membros da CARICOM. Na ocasião, as lideranças celebraram a parceria entre os países e os laços culturais que compartilham. Também afirmaram a necessidade de fortalecer as negociações em setores estratégicos, como energia, infraestrutura, segurança alimentar, tecnologia e saúde. No dia 21 de novembro, Narendra Modi realizou um discurso em uma sessão especial no Parlamento da Guiana. Ele tornou-se o primeiro primeiro-ministro da Índia a realizar o feito, além de ter sido o segundo primeiro-ministro da Índia a visitar a Guiana. Na ocasião, Modi relembrou os laços históricos que ligam a diáspora indiana ao território guianês, além de afirmar que a Guiana poderia ser uma ponte para o aprofundamento das relações entre a Índia e a América Latina. Ressaltou que os países tendem a se tornar parceiros 'naturais' no que tange a cooperação energética, de forma que o país sul-americano seria fundamental para a segurança energética indiana. Entre os dias 19 e 21 de novembro, Índia e Guiana assinaram dez Memorandos de Entendimento (MoU), tratando de cooperação nos setores agrícola, de hidrocarbonetos, entre outros.

Fontes: CARICOM, 20/11/2024; Ministry of External Affairs (Gov.India), 20/11/2024; Ministry of External Affairs (Gov. India), 21/11/2024; Kaieteur News , 21/11/2024.

Frente Ampla vence as eleições no Uruguai com Yamandú Orsi

No dia 24 de novembro, aconteceu o segundo turno das eleições presidenciais no Uruguai. O resultado da eleição deu a vitória para Yamandú Orsi, candidato da coalizão esquerdista Frente Ampla. Orsi foi declarado vitorioso quando 94% das urnas foram apuradas, contabilizando 49,66% dos votos contra 46,66% dos votos do candidato de centro-direita, Álvaro Delgado. As pesquisas apontavam que seria um segundo turno acirrado, o que de fato se confirmou com uma diferença de 3,6% entre os candidatos. Em seu primeiro discurso como presidente eleito do Uruguai, Orsi transmitiu falas de união, prometendo governar para todos, inclusive aqueles que não votaram nele. Em suas palavras, "essa gente vai nos ajudar a construir um país melhor, também precisamos deles" e acrescentou "não há futuro sem a troca de ideias, é assim que se constrói uma república democrática". Em coletiva de imprensa, Orsi foi questionado sobre assuntos da política internacional, como a sua relação com o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e sobre o Mercosul. Sobre o primeiro assunto, questionado se convidaria Maduro para sua posse no dia 1º de março de 2025, afirmou que "um Estado se relaciona com Estados, nem com o presidente e nem com ideologias". Quando se tem dificuldades diplomáticas com outro Estado, põe-no no final ou não o considera". Referente ao Mercosul, Orsi comentou que o bloco econômico precisa de dinamismo e abertura. No dia 30 de novembro, Orsi fez sua primeira viagem internacional depois de eleito para o Brasil para conversar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os temas discutidos pelos mandatários

perpassaram o Mercosul e o acordo do bloco com a União Europeia, a importância da integração regional, além de assuntos bilaterais voltados para a cooperação técnica e infraestrutura entre os países, como a construção de portos. Em sua fala, Orsi enfatizou a importância do Brasil para o desenvolvimento do Uruguai e ressaltou que é essencial que os países sul-americanos tenham uma relação sólida e forte devido a um mundo "convulsionado, sob intensas mudanças e com alto grau de imprevisibilidade". Perguntado sobre os caminhos da política externa do Uruguai em seu governo, Orsi enfatizou que "a política externa é uruguaia e tem que estar em harmonia com a região. Aí estamos falando do Brasil, Argentina e Paraguai. Não é que você se alinhe com a política dos outros, mas nós temos que fazer o melhor jogo para o Uruguai".

Fontes: El Observador, 24/11/2024; El Observador (24/11/2024); Globo, 24/11/2024; Grupo Multimedio, 29/11/2024; MRE Brasil, 29/11/2024.

Acusações de assédio sexual contra Gabriel Boric e difusão de imagens íntimas repercutem na política chilena

No dia 25 de novembro, Gabriel Boric anunciou que enfrenta acusações de assédio sexual e divulgação indevida de imagens íntimas desde setembro de 2024. O presidente negou os crimes, que teriam sido cometidos em 2013, e afirmou que foi vítima de um assédio sistemático praticado pela denunciante. A procuradoria regional responsável pelo caso não fez referência à acusação de assédio, mas confirmou que há uma investigação em curso pelo crime de divulgação indevida de imagens íntimas na qual Boric é réu e afirmou que o caso não está formalizado. A repercussão política do caso foi ampla e colocou luz em uma prática estabelecida na gestão Boric para estabelecer padrões éticos no governo chileno. Ainda no primeiro semestre de 2024, a Ministra do Interior, Carolina Tohá, estabeleceu um critério que determina que um funcionário da administração Boric deverá renunciar seu cargo se enfrentar a formalização de acusações perante o Ministério Público. Desde então, esse critério foi usado duas vezes: a primeira vez aconteceu em setembro de 2024, para fundamentar a controversa renúncia de Ricardo Yáñez, ex-chefe do principal órgão de polícia chileno. A pressão feita por Tohá pela renúncia de Yáñez foi criticada pelos partidos de oposição ao governo Boric, que acreditavam que o ex-chefe de polícia chileno era uma figura importante na condução da crise de segurança pública vivida pelo país; a segunda vez aconteceu em outubro de 2024, com Manuel Monsalve, ex-secretário de Interior chileno, que foi acusado de estupro. Com isso, a imprensa e parte da oposição ao governo questionaram a aplicação do critério de Tohá ao caso de Boric. A porta-voz do governo, Camila Vallejo, afirmou que a denúncia ainda está sem formalização no Ministério Público e, com isso, o critério de Tohá não se aplica. A oposição também convergiu em críticas em torno da demora do governo para tornar a denúncia pública e da falta de transparência do governo sobre o caso. Arturo Squella, presidente do Partido Republicano, um dos principais partidos de oposição ao governo, acusou Boric de "enganar e manipular" os resultados das eleições regionais no Chile, que aconteceram entre outubro e novembro de 2024, já que o mandatário tornou a denúncia pública apenas após as eleições, ainda que a denúncia tenha sido feita em setembro.

Fontes: El País, 27/09/2024; La Tercera, 26/11/2024; La Tercera, 24/11/2024; La Tercera, 26/11/2024; La Tercera, 26/11/2024; El País, 27/11/2024

Após decisões judiciais, Evo Morales fica sem partido na Bolívia

No mês de novembro, a vida política da Bolívia seguiu centrada na disputa de poder entre o atual presidente do país, Luis Arce, e o ex-presidente Evo Morales. No dia 8, o Tribunal Constitucional Plurinacional publicou uma sentença que confirma a não-habilitação política de Evo Morales (estabelecida em dezembro de 2023, quando o tribunal não reconheceu o direito a reeleição indefinida) e a ampliou ao impedir que o ex-presidente se candidate a outros cargos, como vice-presidente e presidente das Câmaras legislativas. A decisão ocorreu após meses de conflito político entre o atual e o ex-presidente, ambos do mesmo partido, e logo após a decisão de Evo de paralisar sua greve de fome, que já tinha quase duas semanas. Além disso, a decisão foi divulgada depois da finalização do bloqueio de estradas que organizações populares ligadas a Evo Morales fizeram para demandar a retirada das acusações de abuso sexual de uma menor de idade contra o ex-presidente. Poucos dias depois, no dia 14, o Tribunal Constitucional da Bolívia oficialmente retirou de Evo Morales a liderança do Movimento ao Socialismo, seu partido, ao reconhecer Grover García, que faz parte da ala de apoio do presidente

Luis Arce, como dirigente máximo do partido. A disputa pela direção do partido já vinha se arrastando há meses entre os dois grupos e contou, inclusive, com a realização de duas conferências separadas que elegeram duas direções paralelas. Com isso, Evo Morales está, formalmente, sem partido político para disputar as eleições presidenciais de 2025. O ex-presidente não reconheceu a decisão e afirmou que, constitucionalmente, segue à frente do MAS.

Fontes: El Pais, 09/11/2024; El Pais, 15/11/2024; La Razón, 25/11/2025.

Governo equatoriano suspende vice-presidenta e nomeia substituta interina

No dia 9 de novembro, o governo equatoriano, através do Ministério do Trabalho, emitiu uma ordem executiva suspendendo Veronica Abad da vice-presidência do país por um período de 150 dias, alegando abandono de cargo. O Ministério justificou a suspensão devido a um atraso de Abad para atender a uma convocação para se apresentar na embaixada do Equador em Ancara, na Turquia, em setembro passado. A decisão está alinhada com os interesses políticos do presidente, que se licenciará em janeiro para concorrer à reeleição e, assim, impede a vice de assumir seu lugar. Desde a posse, Daniel Noboa se distanciou da vice-presidenta e a indicou para assumir um posto diplomático em Tel Aviv, em meio ao conflito entre Israel e Hamas. Desde então, Veronica Abad denuncia violência política de gênero, alegando que o governo do Equador não provê os recursos nem garante a segurança necessária para que ela desempenhe suas funções em Israel. Com a suspensão da vice-presidenta, em 12 de novembro, Daniel Noboa indicou Sahira Moya, atual chefe da Secretaria Nacional de Planejamento, para ocupar o cargo interinamente e, consequentemente, substituí-lo em janeiro na presidência da República. Abad buscou apoio na Assembleia Nacional para reverter a decisão do governo. Para tanto, retornou ao país em 20 de novembro para defender seu caso e denunciou que a equipe de Daniel Noboa criou obstáculos para que ela retornasse ao seu escritório. No Legislativo, a suspensão do mandato da vice-presidenta foi aprovada por 86 dos 116 legisladores presentes. No Judiciário, representantes de partidos políticos de oposição a Noboa, como o Revolución Ciudadana, o Partido Social Cristiano, o Movimiento Construye e o Pachakutik, protocolaram uma ação de interpretação da constitucionalidade da ordem executiva. A análise estava prevista para 29 de novembro, mas foi adiada para o dia 8 de dezembro.

Fontes: Infobae, 09/11/2024; Teleamazonas, 11/11/2024; Primícias, 11/11/2024; France 24, 13/11/2024; Primícias, 14/11/2024; El Comercio, 20/11/2024; Primícias, 22/11/2024; CNN em Español, 22/11/2024; Primícias, 29/11/2024; El Universo, 29/11/2024.

Petro declara situação de desastre nacional frente às fortes chuvas e ataques do Exército da Libertação Nacional

No dia 7 de novembro, as reuniões entre o governo colombiano e o Exército da Libertação Nacional (ELN) se encerraram com um novo encontro marcado, mas sem a retomada oficial da mesa de negociações. A partir de uma "declaração de princípios", o grupo paramilitar evidenciou sua meta de avançar o máximo possível no processo de paz até 2026. Acreditando em uma mudança ideológica na liderança do Executivo federal após as eleições de 2026, o ELN elencou intenções para as negociações com o atual governo. Este, por sua vez, congelou a mesa desde o ataque do grupo que deixou dois soldados mortos e quase 30 feridos em setembro. Naquela ocasião, Gustavo Petro afirmou que retomaria o processo apenas "com uma manifestação inequívoca de vontade de paz". Para José Félix, representante do governo na negociação, o gesto de paz não ficou evidente e, portanto, a continuidade da mesa ainda deveria ser avaliada. Nesse mesmo dia, o ELN iniciou ataques a comunidades ribeirinhas no departamento de Chocó. Mantendo cerca de 45 mil pessoas e 85 comunidades sob seu domínio, o grupo passou a controlar partes dos rios San Juan, Sipí e Cajón, principais vias de acesso ao departamento. No dia 10 de novembro, Petro declarou situação de desastre nacional para a região e mais dois estados. Além de Chocó, Alta Guajira e Bogotá foram regiões afetadas por fortes chuvas nessa mesma semana. A declaração de desastre facilitou a movimentação de recursos públicos e foi decretada em resposta às consequências do alto volume de chuvas que atingiu mais de 30 mil famílias e à ofensiva realizada pelo ELN nas principais vias de acesso ao departamento de Chocó, um dos afetados pela crise. Dificultando o auxílio às vítimas, o comissário de paz, Otty Patiño, classificou o ataque como "inadmissível". No dia 16 de novembro, o grupo paramilitar, em resposta à

pressão da Suprema Corte por um gesto humanitário, afirmou que encerraria sua ofensiva na região, mas que manteria a "vigilância e controle sobre os rios".

Fontes: La Silla Vacía, 07/11/2024; La Silla Vacía, 07/11/2024; Infobae, 07/11/2024; El Tiempo, 10/11/2024; Semana, 10/11/2024; El Tiempo, 16/11/2024.

Desdobramentos da eleição na Venezuela afetam as relações com EUA e Brasil

O mês de novembro foi marcado por novos desdobramentos nas relações bilaterais da Venezuela com os EUA e com o Brasil. No dia 19 de novembro, o governo estadunidense reconheceu, pela primeira vez, Edmundo González como presidente eleito da Venezuela. Além disso, a Câmara estadunidense aprovou, no dia 18, um projeto de lei que proíbe a assinatura de contratos com indivíduos ou empresas que fazem negócios com o governo venezuelano não reconhecido por Washington. Em reação, no final do mês de novembro, a Assembleia Nacional da Venezuela aprovou uma lei que pune pessoas que se manifestarem a favor de sanções, com penas de prisão e impossibilidade de concorrer a cargos públicos. Maria Corina Machado, principal líder da oposição, endossou o conteúdo da Lei estadunidense e, em decorrência disso, no dia 22 de novembro, a Procuradoria venezuelana anunciou que Corina Machado será investigada por crimes de traição à pátria e conspiração. Além disso, no dia 27 de novembro, o governo estadunidense divulgou a imposição de sanções a 21 membros do governo venezuelano, em decorrência da repressão a opositores após as eleições. Na relação bilateral com o Brasil, o início do mês de novembro foi marcado pela divulgação, pela Polícia Nacional Bolivariana, de uma imagem da bandeira do Brasil, com a silhueta de Luiz Inácio Lula da Silva, com a legenda "quem mexe com a Venezuela se dá mal". O Ministério das Relações Exteriores do Brasil declarou surpresa com a postagem, que foi apagada no dia posterior à divulgação. As relações, que estavam numa tendência de deterioração, inclusive com o embaixador da Venezuela no Brasil, Manuel Vadell, tendo sido chamado para esclarecimentos, melhoraram após declaração do presidente brasileiro, em 10 de novembro, de que "Maduro é um problema da Venezuela, não do Brasil". O presidente venezuelano classificou a declaração como sábia, e o embaixador Vadell anunciou sua volta ao Brasil no dia 14. O governo brasileiro vem sendo pressionado, no entanto, pela oposição venezuelana, especialmente em razão do cerco que o governo de Maduro faz à embaixada argentina na Venezuela. No local, estão refugiados seis opositores, e o Brasil vem administrando o prédio desde o início de agosto, após Venezuela e Argentina romperem relações. No final do mês de novembro, o governo venezuelano cortou o fornecimento de água e energia elétrica do prédio. Após protestos, a energia foi restabelecida, mas o cerco permanece, e o governo não dá indícios de que dará o salvo conduto para que os opositores deixem o país. Destaca-se, por fim, que no mês de novembro o Ministério Público venezuelano anunciou a liberação de 225 presos nos protestos decorrentes das eleições presidenciais. ONGs, no entanto, afirmam que o número de liberações foi de cerca de 100 pessoas, e que mais de 2.300 continuam detidas.

Fontes: Folha de São Paulo, 01/11/2024; Opera Mundi, 14/11/2024; Carta Capital, 17/11/2024; BBC, 19/11/2024; Efecto Cocuyo, 19/11/2024; O Globo, 22/11/2024; O Globo, 25/11/2024; Folha de São Paulo, 27/11/2024.

Santiago Peña viaja ao Brasil

O mês de novembro de 2024 consistiu em um importante marco para o relacionamento do Paraguai com o Brasil. Em primeiro lugar, foi publicada uma Portaria Normativa que estabelece diretrizes para a importação de energia proveniente do Paraguai, por meio de normativa emitida pelo Ministério de Minas e Energia do Brasil. O objetivo dessa publicação consiste na assinatura de contratos no Ambiente de Contratação Livre (ACL) brasileiro. Em segundo lugar, houve o convite do presidente Lula da Silva para que Santiago Peña participasse da Cúpula do G20, no Rio de Janeiro. O convite foi recebido com euforia pela administração de Assunção, posto que foi a primeira vez que o Paraguai foi convidado para participar de alguma reunião do grupo. De acordo com o presidente do país, a participação na cúpula estaria em linha com a busca do seu governo por um papel internacional de maior importância para o Paraguai. Durante o evento, o Paraguai aderiu à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Ademais, de acordo com Peña, a participação foi uma "grande oportunidade" para ser ouvido por líderes mundiais importantes e surpreendê-los com informações que não sabiam a respeito do Paraguai. Por fim, na ocasião

da cúpula, o presidente paraguaio aproveitou para assinar um acordo de compra de aviões Super Tucano com o Brasil. Em conjunto com o chancelar do país, Rubén Ramírez, e do Ministro de Economia, Carlos Fernández, foi firmado um acordo de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil. O acordo consistiu no financiamento de US$ 101 milhões para a compra de seis aviões de tal modelo. A justificativa de Peña para tal compra foi a de que, com ela, estariam avançando "a passos firmes rumo a um Paraguai mais seguro", fortalecendo o combate ao crime organizado.

Fontes: Ministério de Minas e Energia, 30/10/2024; Ministério de Minas e Energia, 31/10/2024; La Nación, 01/11/2024; La Nación, 08/11/2024; La Nación, 12/11/2024; La Nación, 15/11/2024; La Nación, 19/11/2024; La Nación, 21/11/2024.

Agricultores e parlamentares franceses protestam contra acordo Mercosul-União Europeia

Ao longo do mês, a organização agrícola italiana Confagricoltura se posicionou contra a assinatura do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia, alegando que tal decisão prejudicaria os setores de avicultura, pecuária, açúcar e milho. Por sua vez, no dia 5, cerca de 70 parlamentares franceses conseguiram aprovar uma proposta de resolução contra o acordo Mercosul-UE. A comissão de Assuntos Europeus da Assembleia Nacional da França passou a pressionar para que o governo rejeite o acordo com base no impacto que ele pode causar sobre a "trajetória climática, os interesses dos produtores e a soberania alimentar". No dia 12, a pressão dos parlamentares continuou e eles novamente se opuseram ao acordo, alegando que uma possível aprovação geraria "uma deflagração democrática" na França. A ministra da Agricultura francesa, Annie Genevard, já havia mencionado que o acordo não seria assinado durante o G20. Segundo divulgado pela imprensa, os parlamentares franceses exigiram três condições para a assinatura: o não aumento do desmatamento importado na União Europeia, a adaptação ao Acordo de Paris sobre o clima e o estabelecimento de medidas espelhadas em questões sanitárias e ambientais. Os signatários ainda afirmaram que o acordo Mercosul-UE cria "distorções" e condições desfavoráveis aos produtores locais. No dia 13, um grupo de agricultores se reuniu em frente à Comissão Europeia, em Bruxelas, em uma manifestação contra o dispositivo. Como parte de uma série de protestos realizados neste ano, o ato reuniu fazendeiros contrários aos termos negociados entre as duas partes. No mesmo dia, o primeiro-ministro francês, Michel Barnier, alegou que a França "não pode e não aceitará" o acordo entre Mercosul-EU. Entre as manifestações contrárias, no dia 20, o CEO do Carrefour da França, Alexandre Bompard, declarou que a rede deixaria de comprar carnes oriundas do Mercosul como forma de contestar as negociações para o acordo entre o bloco e a União Europeia e a aprovação da Lei Antidesmatamento – adiada para o próximo ano. A decisão de Bompard dialoga com as manifestações realizadas por agricultores na França. De acordo com o CEO, a comercialização dos produtos colocaria o Carrefour "sob o risco de repercussões negativas no mercado francês". No Brasil, o Ministério da Agricultura e Pecuária emitiu uma nota reiterando a qualidade e o compromisso da agropecuária brasileira, com destaque para a legislação nacional. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) também emitiu um comunicado que classificou como "lamentável" e protecionista a fala de Bompard.

Fontes: Terra, 31/10/2024; Exame, 04/11/2024; Uol, 05/11/2024; Carta Capital, 12/11/2024; CNN Brasil, 13/11/2024; CNN Brasil, 13/11/2024; CNN Brasil, 20/11/2024; CNN Brasil, 20/11/2024..

OPSA

OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO

CAPES CNPq FAPERJ IESP.UERJ